



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.4, jun./nov.2008



O ESTUDO DO CONSELHEIRO: O CETICISMO MACHADIANO NO MEMORIAL DE AIRES

Isabel Virginia de Alencar Pires
(Mestre — UERJ)

RESUMO

Sem tencionar alimentar a polêmica instaurada em torno da origem do ceticismo de Machado de Assis, este trabalho, depois de situar o *Memorial de Aires* no contexto histórico de seu surgimento, faz uma análise do último texto machadiano à luz de alguns princípios céticos. Considera-se, assim, que o último romance de Machado de Assis, embora não se refira de modo explícito à terminologia do ceticismo grego, possui forte identificação com a metodologia deste, enquanto texto pertencente à tradição do pensamento cético.

PALAVRAS-CHAVE

Machado de Assis, ceticismo, literatura.

ABSTRACT

Without any intention of encouraging the polemic about the origin of Machado de Assis's skepticism, this paper, after locating Machado's novel, *Memorial de Aires*, in its historical context, analyzes Machado's last work under some skeptical concepts. Even though Machado's work hasn't any reference about skeptical principles it assumes that Machado's last novel has relationship with skeptical methodology of Pyrrhonism, as a text from skeptical tradition.

KEYWORDS

Machado de Assis, skepticism, literature.

"Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei"
(Machado de Assis)

Introdução

Este estudo tem como objeto de análise o último romance de Machado de Assis, o *Memorial de Aires*. Publicado em 1908, ano da morte do escritor, o romance se encontra no "horizonte de expectativa", conforme o conceito de Hans Robert Jauss (1994, p. 28), da produção ficcional do escritor justamente quando este falece e não pode acompanhar inteiramente a repercussão do livro junto ao público leitor nem sua acolhida pela crítica especializada. Machado de Assis, já doente, parece intuir o fim próximo, ao referir-se à elaboração do *Memorial*, em carta a Joaquim Nabuco, datada de 7 de fevereiro de 1907: "Não sei se terei tempo de dar forma e termo a um livro que medito e esboço; se puder, será certamente o último" (*apud* MACHADO, 2003, p. 285).

Publicado pela editora Garnier, o *Memorial de Aires* chegou às livrarias em julho de 1908, a dois meses apenas da morte do escritor, falecido a 29 de setembro de 1908. Nesse curto espaço de tempo, o livro recebeu oito resenhas críticas: Mário de Alencar, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1908; Alcindo Guanabara, *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1908; Cândido Leitão, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1908; V., *O Comércio de São Paulo*, São Paulo, 9 de agosto; Almáquio Diniz, *Diário da Bahia*, Salvador, 11 de agosto de 1908; Salvador de Mendonça, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 de setembro; Medeiros e Albuquerque, *A Notícia*, Rio de Janeiro, 16-17 de setembro; e Leopoldo de Freitas, *Diário Popular*, São Paulo, 29 de setembro (*apud* MACHADO, 2003, p. 285).

Embora as resenhas ao *Memorial de Aires* tenham sido bastante favoráveis, confirmando o reconhecimento de seu autor como escritor de qualidade ímpar na literatura brasileira, nem sempre os críticos contemporâneos a Machado de Assis lhe foram condescendentes. Ao contrário,

a crítica revelava-se muito irregular na avaliação da obra machadiana, oscilando entre o elogio fácil e o ataque pessoal. Da parte dos que elogiavam, os críticos consideravam cada novo livro lançado um "mimo", um "tesouro literário", sem se preocupar em explicar a importância que esses "mimos" machadianos eventualmente pudessem ter para a literatura brasileira. Do outro lado, havia os que achavam a escrita machadiana "pouco nacional", "esquisita", "estranha", "insípida" e até "excêntrica", na opinião de Araripe Júnior sobre o *Quincas Borba*. Desafeto pessoal de Machado de Assis, Sílvio Romero atacava não propriamente a obra, mas a pessoa do escritor, justificando os "defeitos" da escrita pela origem social e até racial de Machado, que teria resultado nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, para ele, uma "bolorenta pamonha literária" (*apud* MACHADO, 2003, p. 146-7). Alguns, mais equilibrados, colocavam-se acima dos meros elogios e dos ataques indiscriminados, reconhecendo o "talento individual" e o "estilo pessoal" do escritor. José Veríssimo, por exemplo, observava que Machado de Assis "não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em *isto* ou *istá'*", possuindo antes um temperamento "avesso à representação quase fotográfica, à fotografia banal da vida" (*apud* MACHADO, p. 156-9), o que garantia ao autor do *Dom Casmurro*, segundo Veríssimo, o título de "escritor à parte" na literatura brasileira.

Entre os críticos da obra machadiana havia, porém, um ponto em comum. Quer a elogiassem ou a atacassem, uma ressalva costumava ser apontada: a presença do ceticismo nas páginas machadianas, muitas vezes confundido com um pessimismo de origem schopenhaueriana. Sem querer entrar na discussão se Machado de Assis era um "cético pirrônico" ou um "cético pessimista",¹ o fato é que o ceticismo — método filosófico fundado na Antiguidade por Pirro de Élide (360-270 a. C.), que teria influenciado tanto

¹ Paulo Roberto Margutti Pinto (2007) defende a idéia de que o ceticismo machadiano seria tributário de um "pessimismo cético" presente na tradição cultural brasileira do Barroco, no período colonial, partilhada por autores como Gregório de Mattos e Antônio Vieira. O estudioso levanta assim uma polêmica com Maia Neto (1987), para quem Machado de Assis teria adotado o ceticismo de origem pirrônica, por meio da leitura de Montaigne.

acadêmicos antigos quanto pensadores renascentistas, como Montaigne e Descartes — preconiza que não se deve aderir previamente a esta ou àquela opinião, devendo-se sempre permanecer neutro e mesmo indiferente às controvérsias intelectuais, que geram a perturbação de espírito. Neste sentido, pode-se considerar que a não filiação estética do escritor a nenhuma escola literária que lhe foi contemporânea — fato apontado por José Veríssimo — poderia representar um inequívoco posicionamento cético, ainda que, em Machado de Assis, o ceticismo possa se apresentar de modo bastante “peculiar”, como lembra Paulo Roberto Margutti Pinto (2007, p. 187), ou seja, propriamente um “ceticismo machadiano”.

No *Memorial de Aires*, o ceticismo machadiano, de acordo com Gustavo Bernardo (2004) e Maia Neto (1987), chegou a um alto grau de refinamento, com a figura do Conselheiro Aires, personagem avesso a controvérsias de qualquer tipo, que buscava alcançar, pela apreciação estética da vida, a *ataraxia* pirrônica, ou seja, a tranqüilidade intelectual. Sem pretensões de apontar as fontes originais que de fato teriam servido de inspiração ao ceticismo de Machado de Assis, uma vez que a controvérsia sobre esse assunto está longe de se esgotar, este trabalho, depois de uma rápida apresentação do contexto de surgimento do *Memorial de Aires* com o fim de situá-lo historicamente, busca analisar o último texto machadiano à luz de alguns princípios céticos, pois consideramos que, independentemente de suas diversas manifestações históricas, a tradição cética possui uma raiz comum na metodologia pirrônica, quer a terminologia desta esteja ou não explícita em textos de caráter cético.

O contexto de surgimento do *Memorial de Aires*

Quando o último romance machadiano chegou às livrarias em 1908, vivia-se a chamada *Belle Époque* brasileira, que durou, segundo os estudiosos do assunto, de 1890 a 1920. Se o romantismo brasileiro teve como “missão” forjar uma identidade brasileira para a literatura, acompanhando o conceito de

“nacionalidade brasileira”, adquirido com a independência política de Portugal em 1822, a nova missão da *Belle Époque* brasileira era a de “passar o Brasil a limpo”, apagando os vestígios coloniais e buscando promover a inserção do país na modernidade que desde 1789, com a Revolução Francesa, já tomava conta da Europa. Assim, a *Belle Époque* brasileira representou uma onda de modernização, processo mais acelerado no Rio de Janeiro, devido à sua nova condição política de Capital Federal da República a partir de novembro de 1889. Novidades tecnológicas como a fotografia, a fonografia, o cinematógrafo e o telefone, que já eram realidade há algum tempo no Brasil, são difundidas cada vez mais na capital da República (SÜSSEKIND, 1987, p. 29). Os carros puxados a cavalo — tão presentes na obra machadiana, sobretudo no *Quincas Borba*, com a cena do “indecidível” passeio de Sofia e Rubião pelas ruas da Corte — cedem espaço, na Capital Federal, aos modernos carros motorizados e aos bondes elétricos, símbolos indubitáveis de progresso.

“Era preciso acabar com a noção de que o Rio [de Janeiro] era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’” (ABREU, 1988, p. 60). Assim, apesar do alto índice de analfabetismo entre a população, a “Capital Federal” torna-se, em meados do século XX, a “vitrine” da modernidade brasileira. Reformas urbanas e sanitárias têm lugar, essas últimas comandadas por Oswaldo Cruz e Vital Brasil. Foi declarada uma implacável “guerra aos cortiços”, locais onde proliferavam as mais diversas doenças. Por essa época, ocorreram também as famosas revoltas populares do Rio de Janeiro: a da vacina (contra o uso da força para vacinar a população contra a febre amarela), em 1904, e a dos sapatos (contra o uso obrigatório de sapatos fechados nas ruas do centro, em substituição aos velhos tamancos), em 1906. O morro do Castelo, símbolo de feiúra e de atraso, foi parcialmente demolido pelo prefeito Pereira Passos,² em 1904, para dar lugar à abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, e

² A demolição completa do Morro do Castelo se deu em 1922, por ordem do prefeito Carlos Sampaio, para dar lugar às comemorações do I Centenário da Independência, que teriam como evento principal uma Exposição Internacional no local antes ocupado pelo morro.

permitir a construção da Biblioteca Nacional e da então Escola Nacional de Belas Artes, empurrando a população pobre que ali habitava para outros morros ou para subúrbios distantes.

A dualidade que sempre caracterizou o Brasil desde a sua fundação, analisada por estudiosos como Gilberto Freyre, Jacques Lambert, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, aprofundou-se mais na *Belle Époque*, com a divergência de interesses políticos e econômicos entre os tradicionais grupos oligárquicos cafeeiros e uma emergente burguesia industrial. À expansão das indústrias das burguesias citadinas do Rio de Janeiro e de São Paulo, os setores oligárquicos respondiam com a ampliação dos cafezais sulistas: em 1908 chegaram ao Brasil, trazidas pelo navio Kasatu Maru, as primeiras levas de imigrantes japoneses, reforçando a mão-de-obra italiana que havia começado a chegar desde os primeiros anos pós-abolição da escravatura.

A imprensa também tem grande desenvolvimento. Em 1908 é fundada a ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, pela qual passaram ilustres figuras do pensamento brasileiro, como Barbosa Lima Sobrinho, que a presidiu por quatro vezes. Novos jornais são lançados: *A Terra Livre*, em 1906, de imigrantes europeus, e *Careta*, em 1908, voltado para o humor e a sátira política. No entanto, a mesma imprensa que permite o surgimento de vozes críticas como as de Euclides da Cunha e Lima Barreto, também é responsável pela massificação ocorrida na literatura do período, gerando o fenômeno que estudiosos como Nicolau Sevcenko chamam de “a glorificação das mediocridades” (SEVCENKO, 1985, p. 126). Entre o “embelezamento”³ e a higienização promovidos na “Capital Art Nouveau” — como era apelidado o Rio de Janeiro em charges da época, em referência ao estilo dos novos prédios construídos nas recém-abertas avenidas —, a “literatura sorriso”,⁴ eivada de clichês massificantes, se instala confortavelmente.

³ Logo após assumir a prefeitura do Rio, Pereira Passos encaminhou mensagem à Câmara, datada de 1º/09/1903 e intitulada “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, em que detalhava seu programa de obras e reformas urbanas (ABREU, 1988, p. 60).

⁴ Segundo a definição de Afrânio Peixoto, um dos escritores mais consagrados pela imprensa do período, a “boa literatura” deveria ser “o sorriso da sociedade”.

É nesse contexto histórico que surge o *Memorial de Aires*. O romance machadiano foge à onda da modernização em voga — sem, contudo, deixar de pertencer a ela — mediante um artifício muito simples: o escritor recua no tempo vinte anos, situando as anotações do Conselheiro Aires em seu diário entre janeiro de 1888 e agosto de 1889. Ou seja, tanto as primeiras anotações de Aires como as últimas ocorrem às vésperas de dois importantes fatos históricos, decisivos para que o Brasil deixasse de lado, pelo menos oficialmente, o estatuto de país atrasado, incapaz de acompanhar as modernas nações civilizadas européias: a abolição da escravatura, em maio de 1888, e a proclamação da República, em novembro de 1889. No entanto, as anotações de Aires pouco se referem a esse contexto histórico real, fazendo observações apenas sobre o primeiro acontecimento, importante para a narrativa na medida em que decide a doação da fazenda Santa-Pia, herdada por Fidélia, aos recém-libertos que lá viviam. Quanto à proclamação da República, as anotações do Conselheiro silenciam completamente. Tal é o “contexto histórico interno” ao livro, o cenário em que a história é narrada.

O deslocamento temporal efetuado nas anotações de Aires em relação ao contexto de surgimento da obra não é um recurso novo na técnica literária machadiana. A utilização desse recurso se acha em perfeita conformidade com o caráter de estudo, de exame minucioso dos fatos, apresentado pelos textos machadianos, que por sua vez está plenamente de acordo com o princípio cético da investigação: no ceticismo pirrônico, a primeira etapa para se alcançar a *ataraxia*, a tranqüilidade intelectual, é precisamente o estudo, a investigação detalhada dos fatos, com o fim de se descobrir, entre os fenômenos aparentes, aqueles que se opõem entre si. Esse procedimento, chamado de *zétesis* por Pirro, levaria a uma igualdade de forças entre os fenômenos, e também entre as opiniões, já que, para qualquer argumento existe sempre um argumento contrário. Diante disto, e uma vez que os sentidos humanos e a razão são igualmente impotentes para escolher a opinião “mais certa”, o melhor a se fazer é suspender o juízo, abstendo-se de emitir opinião, conseguindo, deste

modo, a *ataraxia*, ou tranqüilidade intelectual. Assim, ao recuar no tempo os fatos já acontecidos e isolá-los do contexto histórico em que pretensamente ocorreram, o narrador do *Memorial de Aires* acaba por colocá-los em suspenso, para que possa melhor refletir sobre eles, estudá-los, analisá-los, empregando deste modo a investigação cética.

O ceticismo no *Memorial de Aires*

O *Memorial de Aires* trata da morte. E o faz de um duplo ponto de vista: da morte física e de outra morte, a morte da solidão, que é a solidão em vida. Vale dizer, a “morte em vida”. A narrativa do Conselheiro Aires, feita sob a forma de diário, também remete a essa solidão: o narrador escreve um diário para conversar consigo mesmo e, ao mesmo tempo, para se livrar do peso de conviver apenas consigo. O diário de Aires torna-se, assim, menos um “arquivo de lembranças”, um lugar onde os acontecimentos são guardados para que não sejam esquecidos, e mais um espaço de diálogo do narrador consigo mesmo. É nesse “jornal íntimo” — como o denomina Mário de Alencar (*apud* MACHADO, 2003, p. 286), ao se referir à dificuldade de se escrever um romance em forma de diário — que o narrador faz, de si para si, suas conjeturas, pondera, reflete, anota seus diálogos reais ou imaginários.

Logo no início da narrativa memorialística tem-se a cena do cemitério. É nesse cenário de perda, de luto, que Aires, acompanhado pela “mana” Rita, observa a viúva Noronha, em visita ao túmulo do marido morto. Não era dia de finados — ao contrário, a data registrada no diário é “10 de janeiro”, início de ano, quando as esperanças costumam renovar suas promessas de vida —, mas a presença dos três ali no cemitério, esse “reino dos mortos”, já indica que o tema do livro girará por certo em torno da perda, da dor, do luto e da solidão. A viúva Noronha, Fidélia, apesar de jovem e bonita, é fiel ao morto, e a matéria da narrativa de Aires apóia-se inicialmente na conjetura deste de que ela não permanecerá viúva por muito tempo, contrariando o que afirma a mana Rita. No entanto, no decorrer das anotações de Aires em seu diário, estas passam

progressivamente a ter outro foco, crucial para a narrativa: sobretudo depois que Fidélia conhece Tristão, Aires segue acompanhando de perto as relações entre os dois e seus pais adotivos, o “casal Aguiar”, até o desenlace final, quando Fidélia acompanha o segundo marido à Europa, deixando para trás o velho casal, o desembargador Campos, tio de Fidélia, e o marido defunto.

O casal de idosos, os Aguiar, já havia passado pela experiência do abandono e da solidão com o primeiro filho adotivo — na verdade, afillhado de batismo —, que se mudara com os pais para Lisboa, aos 13 anos de idade. Depois de anos de ausência, o rapaz retorna ao Brasil, enchendo os “pais postiços” de felicidade. No entanto, graças a uma cilada do destino, ele acaba por se tornar justo o segundo esposo de Fidélia. Esta, por sua vez, havia representado para o casal a esperança de fuga da solidão, quando os idosos, ainda sofrendo a ausência do filho adotivo distante, adotaram-na como “filha do coração”. A notícia do retorno de Tristão da Europa, simultânea ao recebimento de carta de Fidélia, causa, em D. Carmo e Aires, “ventanias de felicidade”:

Também há ventanias de felicidade, que levam tudo adiante de si. A gente Aguiar recebeu ontem a carta de Fidélia, e hoje outra de Tristão, em que este lhe anuncia que embarca no paquete inglês para cá; deve chegar a 23 ou 24. A alegria com que eles leram esta notícia foi naturalmente grande; porquanto Fidélia cá está e diz-se filha da boa velha; Tristão aí vem e anuncia que esta carta é a última, a seguinte é ele próprio. Tudo isso a um tempo [Nota de 01/07/1888].

O anúncio do casamento dos dois filhos entre si, menos de um ano depois de se conhecerem, reforça a expectativa do casal Aguiar de retorno à felicidade plena: “Realiza-se um grande sonho meu, conselheiro, disse ela [D. Carmo]. Tê-los-ei finalmente comigo. Espero arranjar-lhes casa aqui mesmo no Flamengo. Ela disse-me uma vez que seria minha filha...”. No entanto, essa felicidade dobrada se dilui numa amarga ironia, com a ida definitiva de ambos os filhos adotivos, casados e felizes, para a Europa, deixando atrás de si, numa “orfandade às avessas”, a “gente Aguiar” mergulhada na dor da solidão, ou seja, a “morte em vida” a que já aludimos.

O último romance de Machado de Assis não poderia deixar de lidar com as fraquezas e falibilidades humanas, largamente tratadas em toda a sua obra. São essas fraquezas que conduzem as ações dos personagens, acabando por afetá-los de diversas maneiras e direcionar o seu próprio destino. O tratamento desse tema, que, no *Memorial de Aires*, alcança grandes dimensões, parece reafirmar mais uma vez o pertencimento do texto machadiano à tradição do pensamento cético, ao considerar a condição humana, as limitações físicas dos sentidos humanos e a relatividade das circunstâncias a que os seres humanos se acham submetidos — fatores que interferem na própria razão humana e, em decorrência, na tomada pessoal de decisões.

Os acontecimentos da narrativa de Aires são ditados por diferentes circunstâncias, que constituem fatos casuais e isolados entre si: a aposentadoria de Aires e a volta dele para o Rio de Janeiro; a morte do primeiro marido de Fidélia na Europa e o regresso dela com o corpo do falecido ao Brasil; a esterilidade do casal Aguiar; a morte do pai de Fidélia; o retorno de Tristão, etc. Para lidar com as circunstâncias do acaso a que todos estamos sujeitos, o ceticismo recomenda a adoção de uma espécie de “roteiro prático” que possa auxiliar a orientação humana diante dos imprevistos dos acontecimentos, que causam paixões e perturbações, e levar à “serenidade de espírito”. A primeira etapa de tal roteiro, elaborado por Pirro no século III a. C. e compilado por Sexto Empírico cinco séculos depois, é a da *zétesis*, em que se estuda e investiga os fenômenos aparentes, com o fim de se descobrir, entre eles, aqueles que se opõem entre si. O posicionamento de Aires diante das circunstâncias que se lhe apresentam não deixa dúvidas quanto ao seu ceticismo — o narrador do *Memorial* é cético não só porque “duvida” dos seus semelhantes, mas principalmente porque os toma como objetos de estudo:

Escuta, papel. O que naquela dama Fidélia me atrai é principalmente certa afeição de espírito, algo parecida com o sorriso fugitivo, que já lhe vi algumas vezes. Quero estudá-la se tiver ocasião. Tempo sobra-me, mas tu sabes que é ainda pouco para mim mesmo, para o meu criado José, e para ti, se tenho vagar e quê, — e pouco mais [Nota de 08/04/1888].

O estudo de Aires não dispensa nem mesmo um olhar mais acurado, que lembra o “salto para trás” da Fenomenologia:

Vim para o lado do Catete, elas continuaram para o da matriz. A pequena distância, lembrou-me olhar para trás. Poderia fazer outra coisa? É aqui que eu quisera possuir tudo o que a filosofia tem dito e redito do livre arbítrio a fim de o negar ainda uma vez, antes de cair onde ele perde a mesma aparência de realidade; acabaria esta página por outra maneira. Mas não posso; digo só que não pude reter a cabeça nem os olhos, e vi as duas damas, com os braços cingidos à cintura uma da outra, vagarosas e visivelmente queridas [Nota de 07/04/1888].

Segundo Sexto Empírico, que compilou, no século III, o pensamento de Pirro e de outros representantes do ceticismo antigo, os cétricos se ocupam do estudo da realidade não para emitir opiniões firmes e convictas, mas “para poder contrapor a cada proposição uma proposição de igual validade, e para obter a serenidade de espírito” (EMPÍRICO, 1993, p. 58). Ao estudar os caracteres à sua volta e contrapô-los entre si, quem sabe Aires não estaria à procura dessa serenidade pessoal, diante das adversidades das circunstâncias que também o afetam?

Já lá vão muitas páginas falei das simetrias que há na vida, citando os casos de Osório e de Fidélia, ambos com os pais doentes fora daqui, e daqui saindo para eles, cada um por sua parte. Tudo isso repugna às composições imaginadas, que pedem variedade e até contradições nos termos. A vida, entretanto, é assim mesmo, uma repetição de atos e meneios, como nas recepções, comidas, visitas e outros folgares; nos trabalhos é a mesma coisa. Os sucessos, por mais que o acaso os teça e os devolva, saem muita vez iguais no tempo e nas circunstâncias; assim a história, assim o resto. / Dou estas satisfações a mim mesmo, a fim de mencionar o meu Joelho doente, tal qual o de D. Carmo. Outra paridade de situações... [Nota de 09/06/1888].

Como quer que seja, o caráter cético do estudo de Aires se manifesta ainda na não interferência no objeto sob exame, como quando, comentando a ida de Osório, pretendente à mão de Fidélia, para o Recife, visitar o pai doente, ele observa:

Os pais fazem muito mal em adoecer, mormente se estão no Recife, ou em qualquer cidade que não seja aquela onde os filhos namorados vivem perto das suas damas. A vida é um direito, a mocidade outro; perturbá-los é quase um crime. Se eu tenho podido dizer isto ao Osório, talvez ele não partisse; acharia na minha reflexão um eco do próprio sentimento, e escreveria ao pai uma carta cheia de piedade; mas ninguém lhe disse nada [Nota de 09/06/1888].

Nesse minucioso exame cético, o próprio Aires não escapa de também ter lá o seu oposto, na figura de D. Cesária. Tanto quanto o Conselheiro, esta típica senhora da sociedade carioca de então é uma atenta observadora da vida alheia, mas, ao contrário de Aires, que procura se conservar sempre neutro nas suas observações, D. Cesária se deixa levar por suas próprias paixões, interpretando os fatos de acordo com elas:

[...] Como se falasse da morte do barão de Santa-Pia e da situação da filha, D. Cesária perguntou se ela realmente não casava. Parece que duvida da viuvez de Fidélia. Eu não lhe disse que já pensara o mesmo, nem lhe disse nada; não quis trazer a outra à conversação e fiz bem. D. Cesária aceitou daí a pouco a hipótese da viuvez perpétua, por não achar graça à viúva, nem vida, nem maneiras, nada, coisa nenhuma; parece-lhe uma defunta. Eu sorri como devia, e fui ouvir a explicação que me davam de *bluff*. No *poker*, *bluff* é uma espécie de conto-do-vigário [Nota de 05/07/1888].

Não escrevo porque seja verdade o que D. Cesária me disse, mas por ser maligno. Essa senhora se não tivesse fel talvez não prestasse; eu nunca a vejo sem ele, e é uma delícia. [...] / Quis ponderar à dama que isto que me dizia agora estava em contradição com o que uma vez lhe ouvi. [...] / D. Cesária pensa realmente o mal que diz. A contradição é aparente; está toda no ódio que ela tem a Fidélia, e este sentimento é a causa íntima e única das duas opiniões opostas [Nota de 13/01/1889].

Aires também possui uma "moral cética", que o auxilia não somente a lidar com o estudo da realidade à sua volta, mas é útil principalmente no convívio com os demais, evitando acalorados debates e tomadas de opiniões definitivas:

Venho da casa do Aguiar. Lá achei Fidélia, um primo desta, filho do desembargador, aluno da Escola de Marinha (16 anos) e um empregado do Banco do Brasil. Passei uma boa hora ou

mais. A velha esteve encantadora, a moça também, e a conversação evitou tudo o que pudesse lembrar a ambas a respectiva perda, uma do esposo, outra do filho postigo. Contavam-se histórias de sociedade, que eu ouvi sorrindo, quando era preciso, ou consternado nas ocasiões pertinentes. [...] Da nossa terra dissemos coisas agradáveis e sempre de acordo. A mesma torre da Matriz da Glória, que alguns defenderam como necessária, deixou-nos a nós, a ela e a mim, concordes no desacordo, sem que aliás eu combatesse ninguém. [...] [Nota de 02/03/1888].

A moral cética de Aires, valioso instrumento de convívio social, acha-se perfeitamente de acordo com o preceito estabelecido pelo ceticismo grego, segundo o qual os cétricos devem seguir “um tipo de argumento de acordo com o manifesto, que nos ensina a viver segundo os costumes pátrios, as leis, os ensinamentos recebidos e os sentimentos naturais” (EMPÍRICO, 1993, p. 58). Este mesmo princípio está contido na “moral provisória” de Descartes. Embora não seja considerado cético no sentido estrito do termo, Descartes utilizou a “dúvida cética” como método de conhecimento para garantir a existência de Deus e a imortalidade da alma. É no *Discurso do método*, texto fundamental para o desenvolvimento posterior de toda a ciência moderna, que Descartes adota, para seu uso particular, a “moral provisória”. Essa moral, de caráter essencialmente cético, tem por finalidade auxiliá-lo na etapa de investigação, quando o filósofo coloca em xeque as opiniões existentes, inclusive as suas próprias, optando por seguir o consenso dos “mais sensatos”:

[...] formei para mim mesmo uma moral provisória que consistia apenas em três ou quatro máximas que eu quero vos participar. / A primeira era obedecer às leis e aos costumes de meu país, retendo constantemente a religião em que Deus me concedeu a graça de ser instruído desde a infância, e governando-me, em tudo o mais, segundo as opiniões mais moderadas e as mais distanciadas do excesso, que fossem comumente acolhidas em prática pelos mais sensatos daqueles com os quais teria de viver. Pois, começando desde então a não contar para nada com as minhas próprias opiniões, porque eu as queria submeter todas a exame, estava certo de que o melhor a fazer era seguir a dos mais sensatos (DESCARTES, 1996, p. 83).

Assim, embora trate de morte, de velhice, de abandono e de solidão, o tom adotado por Machado de Assis, no *Memorial de Aires*, não é elegíaco, ou trágico, ou lamuriento. Auxiliado por uma moral cética, o narrador procura, antes, dosar as palavras, pesando-as e medindo-as como se usasse a balança cética de Montaigne,⁵ buscando sempre equilibrá-las diante de uma prosaica “realidade possível”: “Reli também este dia de hoje, e temo haver-lhe posto (principalmente no fim) alguma nota poética ou romanesca, mas não há disso; antes é tudo prosa, como a realidade possível [...]” [Nota de 04/09/1888]. A última cena do *Memorial* revela a *époké* — como é chamada na terminologia grega a “suspensão do juízo” cética — efetuada por Aires: após contrapor o sofrimento dos dois velhos, parados um diante do outro, sem perceberem que eram observados do jardim pelo Conselheiro, este suspende os passos e retira-se mansamente, para não perturbá-los, mas, quem sabe, para não perturbar também a sua própria serenidade, conseguida após um estudo tão acurado:

Há seis ou sete dias que eu não ia ao Flamengo. Agora à tarde lembrou-me lá passar antes de vir para casa. Fui a pé; achei aberta a porta do jardim, entrei e parei logo. / — Lá estão eles, disse comigo. / Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dois velhos sentados, olhando um para o outro. Aguiar estava encostado ao portal direito, com as mãos sobre os joelhos. D. Carmo, à esquerda, tinha os braços cruzados à cinta. Hesitei entre ir adiante ou desandar o caminho; continuei parado alguns segundos até que recuei pé ante pé. Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos [Nota “Sem data”, após a do dia 30/08/1889].

⁵ Montaigne, no Renascimento francês, apresentou aos seus contemporâneos, no ensaio *A apologia de Raymond Sebond* (1580), os temas do ceticismo grego, tratados na obra de Sexto Empírico. O filósofo também mandou cunhar uma moeda, com a legenda “*Que sais-jé?*” (“Que sei eu?”) e a figura de uma balança com os pratos em equilíbrio, para simbolizar a suspensão cética do juízo. Segundo José Raimundo Maia Neto, Machado de Assis teria travado contato com o ceticismo grego “através de Montaigne e Pascal, e possivelmente também através de Erasmo, Voltaire, Plutarco e Luciano” (MAIA NETO, 1987, p. 8), autores que constam da relação de livros da biblioteca de Machado de Assis, feita por Jean-Michel Massa em 1961 e revista por Glória Vianna em 2000.

Considerações finais

O estudo cético, que tem por objetivo a “suspensão do juízo” como modo de se obter a tranqüilidade intelectual não somente diante do interminável debate das opiniões, mas também diante do sofrimento humano, se opõe frontalmente à observação naturalista, que, por sua vez, estuda os fenômenos da realidade como fatos expostos em uma lâmina de laboratório, sem outro objetivo que o de diagnosticar “mazelas” e “doenças” sociais. Talvez por isso, o ceticismo machadiano era visto com reservas por muitos de seus contemporâneos, identificados muitas vezes com o Naturalismo que tomava conta da literatura do período.

Também é oportuno lembrar que, da mesma forma que a escrita machadiana não possuía uma filiação estética definida, como bem observou José Veríssimo, o “ceticismo machadiano” não se prenderia a essa ou àquela origem, não sendo propriamente “pirrônico”, nem “montaigniano” ou mesmo “pessimista”, mas em todo caso pertencendo à tradição cética, da qual também faz parte Bertrand Russell. Embora esse autor inglês, cuja extensa obra foi publicada durante toda a primeira metade do século XX, não se refira de modo explícito, assim como Machado de Assis, às categorias pirrônicas de *zétesis*, *époké* ou *ataraxia*, o seu “ceticismo racional”, defende a aplicação dos seguintes princípios, claramente céticos: “[...] 1) que quando os peritos concordam, a opinião contrária não pode ser considerada certa; 2) que quando não concordam, nenhuma opinião pode ser considerada certa pelo não-perito; e 3) que quando todos afirmam não haver base suficiente para uma opinião positiva, o melhor que o homem comum tem a fazer é reservar seu julgamento” (RUSSELL, 1955, p. 10) — ou seja, em boa terminologia pirrônica, “suspender o juízo”.

Qualquer que seja sua origem, o ceticismo machadiano incomodava aos contemporâneos do escritor, talvez por não apontar mazelas sociais e deixar de mostrar cenas tórridas, voluptuosas e excessivamente cruas entre amantes, como era comum nos folhetins naturalistas franceses que aqui começaram a

ser traduzidos a partir de 1838.⁶ A certos críticos, os tipos de mulheres criados por Machado de Assis pareciam sempre “insípidos”, “incolores”, “anêmicos”, sem nenhum “*odor di femmina*”, visão que evidencia a adoção do paradigma naturalista por aqueles que julgavam a obra machadiana. Magalhães de Azeredo, um dos raros críticos, ao lado de José Veríssimo, que fugia a tais preceitos, percebe que as heroínas machadianas não se reduzem a uma dimensão puramente sensual, constituindo-se antes de um elemento moral que inclui beleza, sedução, resistência e virtude. “Perversa, em rigor, não vejo nenhuma”, observa o crítico, assinalando que “perturbadoras há muitas, e de penosa decifração”, que poderiam mesmo ser comparadas “às criaturas estranhas e complexas de Leonardo da Vinci”, como a Gioconda e a Leda (*apud* MACHADO, 2003, p. 196-7).

Sem pretender sustentar mais uma polêmica, consideramos que o ceticismo machadiano, ao se contrapor ao modelo de pensamento positivista então em voga, parece aproximar-se da Fenomenologia, corrente filosófica de bases céticas surgida na segunda metade do século XIX em oposição ao paradigma positivista. Recusando a separação entre o “sujeito” e o “objeto” do método positivista de conhecimento, a Fenomenologia propõe que o exame da realidade se dê a partir de uma perspectiva puramente subjetiva dos fenômenos. Assim, o interesse da Fenomenologia não é o mundo sensível em si, mas o *modo* como o conhecimento do mundo é adquirido. A “redução fenomenológica”, método de conhecimento da Fenomenologia que propõe colocar os fenômenos “entre parênteses”, aproxima-se da “suspensão de juízo” cética na medida em que, como esta, propõe a suspensão de atitudes, crenças, teorias, em suma, de todo juízo de valor, como forma de se atingir a essência do fenômeno.

Enquanto os críticos se esfalfavam muitas vezes entre si, na tarefa de defesa e de ataque à obra machadiana, de outro lado, a relação de Machado de Assis com seus críticos lembra um perfeito exercício de ceticismo. Segundo

⁶ *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, foi o primeiro folhetim francês a chegar ao Brasil, traduzido e publicado no *Jornal do Commercio* em 1838.

Ubiratan Machado, que reuniu em coletânea as críticas e resenhas dos contemporâneos de Machado de Assis às suas obras, diante da recepção aos seus livros, o escritor “sempre se manteve digno e sereno, dando uma lição de humildade e fornecendo abundantes motivos de admiração” (MACHADO, 2003, p. 8). De conto em conto e romance em romance, a pena machadiana seguia indiferente tanto aos rasgados elogios quanto aos ataques apaixonados que lhe eram atirados à esquerda e à direita, e ia aafiando-se cada vez mais, até resultar no *Memorial de Aires*. Como diz o pregão do vendedor, com o qual o Conselheiro Aires inicia suas lembranças: “Vai vassouras! vai espanadores!”. Que tais críticos varram o que têm de varrer, e espanem o que têm de espanar, pois, como justamente previu o lúcido José Veríssimo nos idos de 1892, o autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, do *Quincas Borba* e do *Memorial de Aires* já ocupa de há muito o “lugar especial” que lhe estava reservado na história da literatura brasileira.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1988.

ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.

BERNARDO, Gustavo. *O Conselheiro cético: o paradoxo machadiano*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BROCA, José Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.

DESCARTES, René. Discurso do método. In:_____. *Vida e obra*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Nova Cultural, 1996, pp. 61-127.

EMPIRICO, Sexto. *Esbozos pirrónicos*. Introducción, traducción y notas de Antonio G. Cao e Teresa M. Diego. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

JAUSS, Hans-Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOBIM, José Luís (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2000.

MACHADO, Ubiratan. *Machado de Assis: roteiro da consagração [críticas e resenhas dos contemporâneos de Machado de Assis à sua obra]*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MAIA NETO, José Raimundo. *A condição de observador na obra de Machado de Assis*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 1987.

MONTAIGNE, Michel de. A apologia de Raymond Sebond. In:_____. *Os ensaios*. Livro II. Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 157-407.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6.ed. revista. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988. [1933]

PINTO, Paulo Roberto Margutti. Machado, o brasileiro pirrônico? Um debate com Maia Neto. *Sképsis*, Ano I, n. 1, 2007, p. 183-212. Disponível em: http://www.revista-skepsis.com/pdf/183_02.pdf. Acesso em: 25 jun. 2008.

RUSSELL, Bertrand. *Ensaios céticos*. Trad. Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. [1983]

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.